



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

PLANO DE GESTÃO **2023/2025**

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PLANO DE GESTÃO 2023/2025

PLENÁRIO DO TJGO

Desembargadora	Beatriz Figueiredo Franco	Desembargadora	Sandra Regina Teodoro Reis
Desembargador	Leobino Valente Chaves	Desembargador	Guilherme Gutemberg Isac Pinto
Desembargador	Gilberto Marques Filho	Desembargador	José Carlos de Oliveira
Desembargador	João Waldeck Félix de Sousa	Desembargador	Carlos Roberto Fávaro
Desembargadora	Nelma Branco Ferreira Perilo	Desembargador	Delintro Belo de Almeida Filho
Desembargador	Carlos Hipólito Escher	Desembargador	Jairo Ferreira Junior
Desembargador	Kisleu Dias Maciel Filho	Desembargador	Marcus da Costa Ferreira
Desembargador	Zacarias Neves Coelho	Desembargador	Anderson Máximo de Holanda
Desembargador	Luiz Eduardo de Sousa	Desembargador	Maurício Porfírio Rosa
Desembargador	Alan Sebastião de Sena Conceição	Desembargador	Fernando de Castro Mesquita
Desembargador	Leandro Crispim (Corregedor-Geral da Justiça)	Desembargador	Wilson Safatle Faiad
Desembargador	Itaney Francisco Campos	Desembargador	Fábio Cristóvão de Campos Faria
Desembargadora	Amélia Martins de Araújo	Desembargador	Eudélcio Machado Fagundes
Desembargador	Luiz Cláudio Veiga Braga	Desembargador	Sérgio Mendonça de Araújo
Desembargador	Ivo Fávaro	Desembargadora	Doraci Lamar Rosa da Silva Andrade
Desembargador	Jeová Sardinha de Moraes (Ouvíndor do Poder Judiciário)	Desembargadora	Lília Mônica de Castro Borges Escher
Desembargador	Carlos Alberto França (Presidente)	Desembargador	Roberto Horácio de Rezende
Desembargador	Amaral Wilson de Oliveira (Vice-Presidente)	Desembargador	Ana Cristina Ribeiro Peternella França
Desembargador	José Paganucci Júnior	Desembargador	Sebastião Luiz Fleury
Desembargadora	Maria das Graças C. Requi	Desembargador	Reinaldo Alves Ferreira
Desembargadora	Elizabeth Maria da Silva (Ouvíndora Substituta e Ouvíndora da Mulher)	Desembargadora	Camila Nina Erbetta Nascimento
Desembargador	Gerson Santana Cintra	Desembargador	Jeronymo Pedro Villas Boas (Vice-Diretor da Ejug)
Desembargadora	Carmecy Rosa Maria Alves de Oliveira	Desembargador	Fabiano Abel de Aragão Fernandes
Desembargador	Edison Miguel da Silva Júnior	Desembargador	Vicente Lopes da Rocha Júnior
Desembargador	Nicomedes Domingos Borges (Diretor da Ejug)	Desembargador	Silvânio Divino de Alvarenga
Desembargador	Itamar de Lima	Desembargador	Eliseu José Taveira Vieira

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Biênio 2023/2025

PRESIDENTE
Desembargador Carlos Alberto França

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Amaral Wilson de Oliveira

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA
Desembargador Leandro Crispim

OUVIDOR DO PODER JUDICIÁRIO
Desembargador Jeová Sardinha

OUVIDORA SUBSTITUTA E
OUVIDORA DA MULHER
Desembargadora Elizabeth Maria da Silva

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
Desembargador Nicomedes Domingos Borges

VICE-DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
Desembargador Jeronymo Pedro Villas Boas

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA
Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas
Dra. Marina Cardoso Buchdid
Dr. Reinaldo de Oliveira Dutra
Dra. Sirlei Martins da Costa

JUÍZES AUXILIARES DA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Dr. Gustavo Assis Garcia
Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira
Dr. Ricardo Silveira Dourado

SECRETARIA-GERAL DA
PRESIDÊNCIA

Secretaria-Geral
Dahyenne Mara Martins Lima Alves

Central de Processamento Eletrônico
Diretora: Cássia Aparecida de Castro Alves

Centro de Comunicação Social
Diretor: Luciano Augusto Souza Andrade

Departamento de Precatórios
Diretor: Uires Gomes Rodrigues

Diretoria de Cerimonial e
Relações Públicas

Diretor: Roberto Nascimento

Diretoria de Estatística e
Ciência de Dados

Diretor: Antônio Pires de Castro Júnior

Unidade de Gestão Documental
Coordenador: Dr. Reinaldo de Oliveira Dutra

Núcleo de Audiências e Apoio ao Interior
Coordenadora: Luciana Gonçalves Toledo Paiva

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA

Diretoria Judiciária
Diretor: Divino Pinheiro Lemes

Diretoria de Auditoria Interna
Diretor: Marcos Nunes Laureano

Diretoria de Planejamento e Inovação
Diretora: Mislene Medrado de Oliveira Borges

Diretoria de Tecnologia da Informação
Diretor: Anderson Yagi Costa

Gabinete Militar do Poder Judiciário
Chefe do Gabinete Militar:
Tenente-coronel Rodrigo Barbosa

DIRETORIA-GERAL

Diretor-Geral
Rodrigo Leandro da Silva

Diretoria Administrativa
Diretora: Tatiana Rodrigues Ferreira

Diretoria Financeira
Diretor: Irísmar Dantas de Souza

Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Diretora: Cybelle Saad Sabino de Freitas

Diretoria de Recursos Humanos
Diretora: Wanessa Oliveira Alves

Junta Médica Oficial
Diretor: Gelson José do Carmo

Centro de Saúde
Diretor: Paulo Henrique Fernandes Sardeiro

Diretoria de Contratações
Diretora: Ana Paula Rodrigues Ferreira

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO
DA PRESIDÊNCIA

Coordenadoria da Infância
e da Juventude

Coordenador: Dr. Carlos José Limongi Sterse
Coordenadora Adjunta: Dra. Célia Regina Lara

Coordenadoria do Sistema
dos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Coordenador: Desembargador Marcus da Costa Ferreira

Coordenadoria Estadual da
Mulher em Situação de Violência
Doméstica e Familiar

Coordenadora: Dra. Marianna de Queiroz Gomes
Vice-Coordenador: Dr. Vitor Umbelino Soares Júnior
Segunda Vice-Coordenadora:
Desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema
Carcerário do Estado de Goiás
Supervisor: Desembargador Anderson Máximo de Holanda

Núcleo Permanente de Métodos
Consensuais de Solução de Conflitos

Presidente: Desembargador Carlos Alberto França
Coordenador: Dr. Leony Lopes Campos da Silva

Núcleo de Responsabilidade
Social e Ambiental
Coordenadora: Dra. Sirlei Martins da Costa

SECRETARIA DOS COLEGIADOS

Secretaria do Plenário e Órgão Especial
Secretária: Otávia Goyanazes de Lima

Secretaria do Conselho
Superior da Magistratura e
das Comissões Permanentes

Secretária: Sabrina Oliveira Silva Mesquita

PALAVRA DO PRESIDENTE

É com grande satisfação que elaboramos o Plano de Metas da Gestão 2023/2025 do Poder Judiciário do Estado de Goiás. Como presidente do Tribunal de Justiça goiano pelo 2º biênio administrativo consecutivo, tenho orgulho de dizer que a construção deste documento, mais do que nunca, partiu de um elevado nível de excelência. Agora somos um tribunal Selo Diamante, o maior prêmio do Judiciário brasileiro, além de também ostentarmos o título de 100% de transparência tanto no Conselho Nacional de Justiça quanto no Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

As conquistas institucionais e os avanços derivaram de uma construção coletiva, na qual contamos com o apoio, o trabalho árduo, a dedicação e o empenho dos meus pares, das juízas e dos juízes, das servidoras e dos servidores deste Tribunal de Justiça.

Este plano é o nosso compromisso para os próximos dois anos. Aqui estão os nossos pilares e as nossas metas mais importantes para manter e elevar ainda mais a excelência do TJGO. Seguiremos firmes na nossa missão de realizar justiça, assegurando à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, que resguarde a todos o direito à dignidade e à cidadania.

Nesse começo de mais um sonho coletivo, é importante que toda a população tenha a certeza de que o Poder Judiciário goiano vai continuar dando exemplo de amadurecimento, união, zelo com o interesse público e social e de prioridade absoluta à entrega da prestação jurisdicional.

Nessa nova oportunidade, vamos reforçar todos os dias para a sociedade goiana a certeza de que podem contar com a Justiça de Goiás.

Obrigado.

Carlos França

Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás



APRESENTAÇÃO



Para a construção do Plano de Gestão 2023/2025, esta Corte de Justiça teve como diretriz o Plano Estratégico 2021/2026, elaborado com base na Estratégia Nacional definida pela Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como as inovações trazidas pelo Prêmio CNJ de Qualidade.

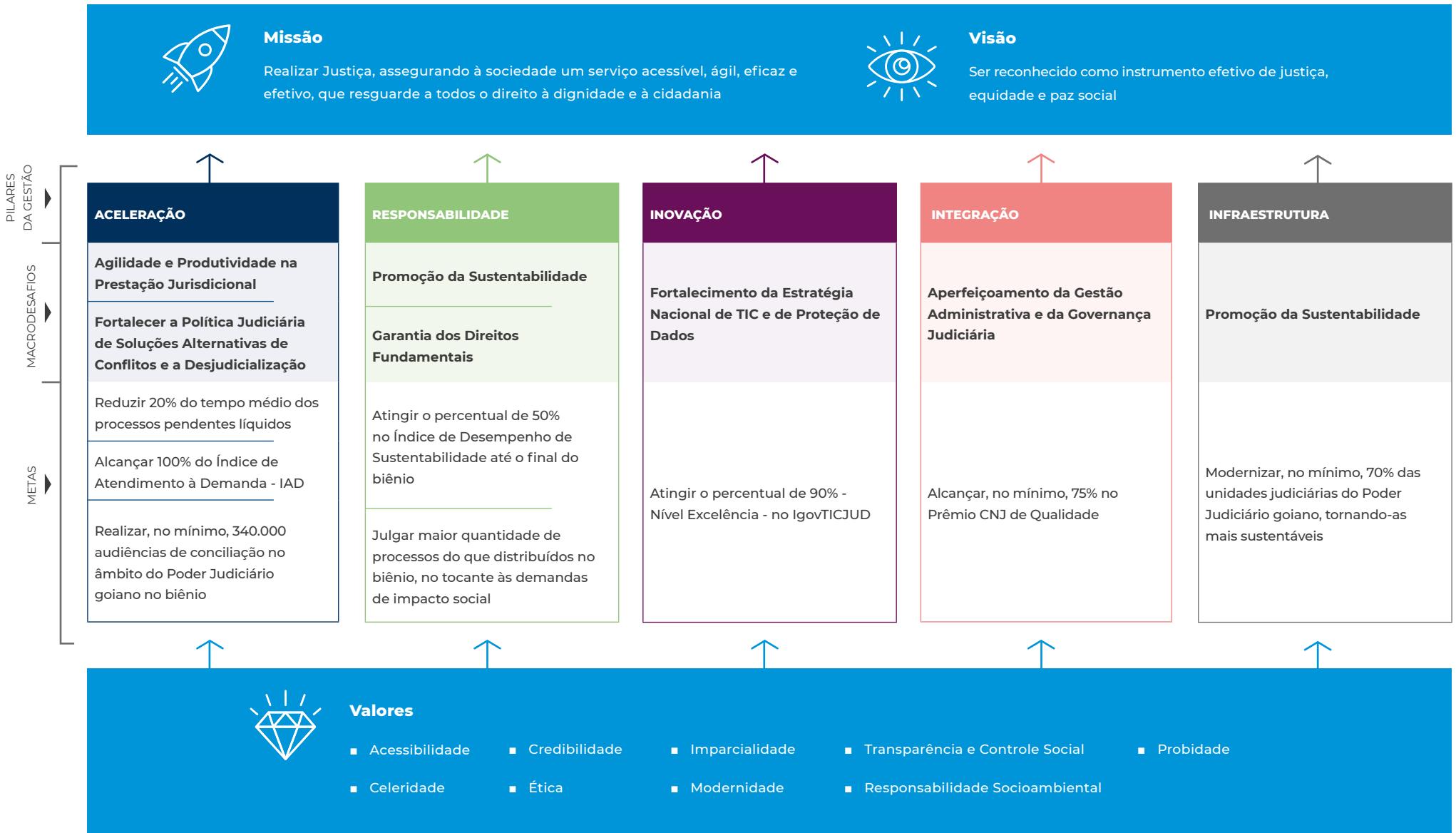
A elaboração do plano levou em consideração as contribuições ofertadas por magistrados(as), diretores(as), servidores(as) e colaboradores(as) ao longo do biênio 2021/2023, o que possibilitou às principais áreas do Tribunal relacionar expectativas e adversidades deste Poder Judiciário, assim como os anseios da sociedade.

A análise do plano de gestão anterior, o qual foi capitaneado pelo atual Presidente Carlos França, contribuiu também para identificação dos desafios a serem superados para uma prestação jurisdicional de excelência.

Assim, em continuidade à estratégia definida, o Plano de Gestão 2023/2025 foi estruturado em pilares, alinhados aos Macrodesafios da Estratégia Nacional, visando assegurar o fortalecimento da governança judiciária, da transparência, da produtividade e da gestão de dados e tecnologia.

Desse modo convidamos, novamente, toda a magistratura e corpo funcional para seguirmos no caminho de uma gestão cada vez mais eficiente, transparente, inovadora, participativa e humanizada.

MAPA DE METAS





METAS

2023/2025

Meta
1

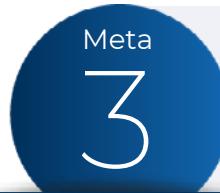
REDUZIR 20% DO TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS PENDENTES LÍQUIDOS

Pilar	Aceleração
Macodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
Descrição da Meta	Reducir o tempo entre a data do início do processo e a data da baixa. Não serão considerados os processos de execução, nem os processos suspensos ou sobrestados ou arquivados provisoriamente
Indicador	Índice de redução do tempo médio dos processos pendentes líquidos

Meta
2

ALCANÇAR 100% DO ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA - IAD

Pilar	Aceleração
Macodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
Descrição da Meta	Assegurar que todas as unidades judiciárias do Estado atinjam 100% de IAD, a fim de garantir que estejam baixando mais processos do que distribuídos. Serão consideradas Varas, Juizados Especiais e Turmas Recursais
Indicador	Percentual alcançado no IAD



REALIZAR, NO MÍNIMO, 340.000 AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO NO BIÊNIO

Pilar	Aceleração
Macrodesafio	Fortalecer a política judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização.
Descrição da Meta	Desenvolver ações a fim de promover a realização audiências de conciliação em Cejuscs, Varas, Juizados Especiais e Turmas Recursais, no biênio
Indicador	Índice de audiências de conciliação realizadas



ATINGIR O PERCENTUAL DE 50% NO ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE ATÉ O FINAL DO BIÊNIO

Pilar	Responsabilidade
Macrodesafio	Promoção da sustentabilidade
Descrição da Meta	Pretende-se, por meio da integração das práticas de sustentabilidade, racionalização e uso eficiente de insumos, materiais e serviços, reduzir o consumo de energia elétrica, água, papel e copos plásticos e gastos com telefonia fixa, limpeza, segurança
Indicador	Índice de Desempenho de Sustentabilidade



JULGAR MAIOR QUANTIDADE DE PROCESSOS DO QUE DISTRIBUÍDOS NO BIÊNIO, NO TOCANTE ÀS DEMANDAS DE IMPACTO SOCIAL

Pilar	Responsabilidade
Macodesafio	Garantia dos direitos fundamentais
Descrição da Meta	A meta pretende realizar ações para concentrar esforços para o julgamento de, no mínimo, 100% dos processos que envolvem pessoas em situação de rua, indígenas, idosos, pessoa com deficiência, violência doméstica e infância em relação aos casos novos distribuídos no biênio, excluídos os suspensos e sobrestados, com a finalidade de prevenção da formação de um acervo processual e de propiciar a celeridade da prestação jurisdicional
Indicador	Índice de julgamento de demandas de impacto social



ATINGIR O PERCENTUAL DE 90% - NÍVEL EXCELÊNCIA - NO IGOVTICJUD

Pilar	Inovação
Macodesafio	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados
Descrição da Meta	Melhorar as pontuações relacionadas aos temas de Riscos, Segurança e Infraestrutura de TIC para manter ou até elevar a nota de Excelência atingida em 2022
Indicador	Índice de Governança de TIC



ALCANÇAR, NO MÍNIMO, 75% NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Pilar

Integração

Macodesafio

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Descrição da Meta

Cumprir os critérios estabelecidos no Prêmio CNJ de Qualidade e se manter entre os tribunais com melhores índices de produtividade, governança, transparência e gestão de dados

Indicador

Índice do Prêmio CNJ de Qualidade



MODERNIZAR, NO MÍNIMO, 70% DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO, TORNANDO-AS MAIS SUSTENTÁVEIS

Pilar

Infraestrutura

Macodesafio

Promoção da Sustentabilidade

Descrição da Meta

Assegurar local de trabalho adequado a magistrados e servidores, por meio de reformas, construções e modernização dos prédios do Poder Judiciário goiano, pautadas pelas normas de regência do Conselho Nacional de Justiça quanto às questões socioambientais, a fim de ampliar e potencializar o atendimento aos jurisdicionados.

Indicador

Taxa de edificações reformadas / construídas / modernizadas



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás